



Quilombo Cabula: territórios sagrados na luta pelos rios Arifundi e Cachoeirinha

Amilca Maria de Lima Fernandes¹ , Andréia Bárbara Serpa Dantas^{2*} , Ana Maria Martins Souto³ , Débora Carolina Abreu Pires⁴ , Tais Danila Macêdo da Cruz⁵ ,
Telma Lúcia Pereira da Silva⁶ , Vera Lúcia Santos de Jesus⁷ 

RESUMO

Este artigo investiga o desaparecimento do Rio Arifundi – curso d'água sagrado para comunidades de terreiro – e sua relação com a Represa e o Rio Cachoeirinha, situados na Bacia do Rio das Pedras, em Salvador, Bahia. O objetivo é analisar como a urbanização desordenada, a especulação imobiliária e as políticas públicas excludentes contribuíram para o apagamento físico e simbólico desses rios e seus impactos sobre a cosmovisão afro-brasileira e os direitos das populações negras. A partir dos conceitos de toponímia, racismo ambiental e racismo religioso, analisa-se o desaparecimento desses cursos d'água. Por meio de revisão bibliográfica, análise documental e relatos orais, o estudo evidencia a interseção entre degradação ambiental e violação de direitos territoriais e religiosos das populações negras. Conclui-se que os casos dos rios Arifundi e Cachoeirinha, assim como da Barragem Cachoeirinha, exemplificam um processo mais amplo de epistemicídio e apagamento histórico, exigindo ações de reparação baseadas na justiça ambiental, no reconhecimento cultural e na efetivação de direitos.

Palavras-chave: Racismo ambiental, Conflitos hídricos, Comunidades de terreiro.

Quilombo Cabula: sacred territories in the struggle for the Arifundi and Cachoeirinha rivers

ABSTRACT

This article investigates the disappearance of the Arifundi River – a sacred watercourse for terreiro communities – and its relationship to the Reservoir and the Cachoeirinha River, located in Rio das Pedras Basin in Salvador, Bahia. The objective is to analyze how disorderly urbanization, real estate speculation, and exclusionary public policies have contributed to the physical and symbolic erasure of these rivers, as well as their impacts on the Afro-Brazilian worldview and the rights of Black populations. The study examines the disappearance of these watercourses through concepts of toponymy, environmental racism, and religious racism. Drawing on a literature review, document analysis, and oral histories, the study highlights the intersection between environmental degradation and the violation of territorial and religious rights of Black populations. We conclude that the cases of the Arifundi and Cachoeirinha rivers, along with the Cachoeirinha Dam, exemplify a broader process of epistemicide and historical erasure, demanding reparations based on environmental justice, cultural recognition, and the fulfillment of rights.

Keywords: Environmental racism, Water conflicts, Terreiro communities.

¹ Mestra em Estudo de Linguagens (UNEB). Integrante do grupo de pesquisas Sociedade Solidária, Educação, Espaço e Turismo – SSEETU da UNEB. Professora da Educação Básica da rede pública estadual da Bahia.

² Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (UFRPE). Mestra em Ciências Ambientais (IFBaiano Campus Serrinha). Professora de Química da rede estadual de ensino da Bahia. *autor correspondente: andreiaserpa@gmail.com.

³ Graduação em História (FAC). Especialização em Gestão Governamental (UNEB). Professora de História da rede estadual de ensino da Bahia.

⁴ Licenciatura em Letras Inglês (UFBA). Especialista em Língua Inglesa (UNIFACS). Especialista em Pedagogia Organizacional e Desenvolvimento de Recursos Humanos (Olga Mettig). Professora de Inglês da rede estadual de ensino da Bahia.

⁵ Especialista em Psicopedagogia Institucional (IESAC). Especialista em Gestão Escolar (UFBA). Professora de Biologia e de AEE da rede pública estadual da Bahia.

⁶ Especialização em Psicopedagogia Institucional (ISEAC). Professora de Matemática da rede pública estadual da Bahia.

⁷ Graduação em Geografia pela Universidade Católica de Salvador (UCSal). Especialização em Geoprocessamento (Unyleya).



Quilombo Cabula: territórios sagrados en la lucha por los ríos Arifundi y Cachoeirinha

RESUMEN

Este artículo investiga la desaparición del río Arifundi – un curso de agua sagrado para las comunidades terreiras – y su relación con los ríos Represa y Cachoeirinha, ubicados en la cuenca del Río das Pedras en Salvador, Bahía. El objetivo es analizar cómo la urbanización desordenada, la especulación inmobiliaria y las políticas públicas excluyentes contribuyeron a la desaparición física y simbólica de estos ríos y sus impactos en la cosmovisión afrobrasileña y los derechos de las poblaciones negras. El estudio examina la desaparición de estos cursos de agua a través de conceptos de toponimia, racismo ambiental y racismo religioso. Mediante una revisión bibliográfica, análisis de documentos e historias orales, el estudio destaca la intersección entre la degradación ambiental y la violación de los derechos territoriales y religiosos de las poblaciones negras. Concluimos que los casos de los ríos Arifundi y Cachoeirinha, así como la represa de Cachoeirinha, ejemplifican un proceso más amplio de epistemicidio y desaparición histórica, que exige reparaciones basadas en la justicia ambiental, el reconocimiento cultural y la realización de derechos.

Palabras clave: Racismo ambiental, Conflictos por el agua, Comunidades terreiros.

INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe uma reflexão sobre o racismo ambiental e o racismo religioso presentes na Bacia do Rio das Pedras, localizada no Cabula, em Salvador, Bahia, com especial atenção ao desaparecimento do Rio Arifundi, considerado sagrado pelos povos de terreiro, bem como à Barragem Cachoeirinha, que tem valor histórico para as comunidades do Arenoso e do Beiru.

Essa barragem, anteriormente paradisíaca, ficava em uma das propriedades do antigo senhor de Gbeiru, ex-escravizado que implantou, na Fazenda Campo Seco, o Quilombo Beiru. A discussão insere-se em uma perspectiva interdisciplinar, articulando elementos da geografia, da história, da linguística e das ciências sociais, com o intuito de evidenciar como a ocupação urbana desordenada, aliada a políticas públicas excludentes e ao preconceito estrutural, tem contribuído para o apagamento físico e simbólico de importantes marcos territoriais das comunidades negras.

A Bacia do Rio das Pedras abrange o bairro do Cabula, território com forte presença de comunidades de terreiro e de remanescentes quilombolas, como o Quilombo Cabula. A região é marcada por uma ancestralidade afro-brasileira pulsante, cuja memória está profundamente enraizada nos rios, nas matas e nos nomes dos lugares.

No artigo “Donos de terras do Cabula: dos núcleos quilombolas às roças”, publicado nos anais do Encontro de Turismo de Base Comunitária, em 2019, Mascarenhas *et al.* (2019) afirmam que, após a intervenção militar, as terras do Cabula permaneceram nominalmente sob o domínio da Casa de Niza, porém sem uma gestão efetiva. A área manteve seu caráter rural e continuou sendo palco de resistências, como a participação de negros e indígenas tupinambás em confrontos durante a Guerra de Independência da Bahia, em 1823 (Reis, 2003). Esses episódios evidenciam que, mesmo após a desestruturação formal do quilombo, o Cabula seguiu como espaço de luta e sobrevivência para comunidades marginalizadas, desafiando





continuamente as estruturas de poder vigentes. O Rio Arifundi, nesse contexto, é mais do que um curso d'água: trata-se de um elemento sagrado, componente fundamental das práticas religiosas afro-brasileiras, e parte integrante da cosmovisão dos povos de santo.

Brasileiro (2016), em sua dissertação “Dano à ordem urbanística em Salvador-BA”, analisa a ocupação desordenada e ilegal de zonas destinadas à moradia em Áreas de Preservação Permanente (APP), com destaque para as regiões do Rio Arifundi e da Represa da Cachoeirinha. O estudo evidencia como essas invasões comprometem não apenas a estrutura urbana, mas também o equilíbrio ambiental dessas áreas protegidas.

O Arifundi, cercado por águas e mananciais, é entendido pelas comunidades como terra de Oxum, carregando não apenas função hidrográfica, mas também significado sagrado (Lima, 2019). Contudo, o avanço da urbanização, os processos de especulação imobiliária e a ausência de políticas ambientais voltadas à preservação da memória e dos territórios tradicionais têm contribuído para o soterramento, tanto literal quanto simbólico, de rios como o Arifundi. Esse processo, que pode ser compreendido à luz do conceito de racismo ambiental, manifesta-se também na invisibilização toponímica dos nomes originários de rios, matas e territórios ocupados por populações negras, reforçando o que se pode caracterizar como uma política de apagamento histórico.

Ao discutir o desaparecimento do Rio Arifundi no Cabula, este artigo parte da hipótese de que há uma interseção entre o racismo ambiental e o racismo religioso que se manifesta de forma concreta sobre os territórios de matriz africana. O objetivo é analisar como a urbanização desordenada, a especulação imobiliária e as políticas públicas excludentes contribuíram para o apagamento físico e simbólico desses rios e seus impactos sobre a cosmovisão afro-brasileira e os direitos das populações negras. Nesse sentido, compreender a toponímia da região não apenas como um dado linguístico, mas como um marcador de memória, identidade e resistência, é essencial para que se possa tensionar os discursos oficiais sobre a cidade e abrir espaço para narrativas contra-hegemônicas.

O trabalho fundamenta-se em revisão bibliográfica, pesquisa documental, registros cartográficos históricos e depoimentos de moradores da região, especialmente integrantes de terreiros e lideranças comunitárias. Busca-se, assim, lançar luz sobre a necessidade de reconhecimento e preservação dos territórios tradicionais negros e de seus elementos simbólicos, como forma de enfrentamento ao racismo ambiental e religioso que marca a história de Salvador.





REFERÊNCIAL TEÓRICO

O sistema hidrológico em análise é composto por quatro principais afluentes – os rios Cascão, Saboeiro, Cachoeirinha e Pituaçu – que confluem para formar o eixo fluvial central conhecido como Rio das Pedras. Esse curso d'água percorre áreas densamente urbanizadas da cidade de Salvador, atravessando bairros como Cabula, Avenida Paralela e Imbuí, até desaguar na Praia da Boca do Rio, no Oceano Atlântico. Importa observar, conforme análise toponímica e hidrológica, que o nome "Rio das Pedras" aplica-se especificamente ao trecho final da bacia, configurando-se como um segmento curto, formado pela junção dos afluentes anteriormente citados. Esse enquadramento reforça a necessidade de uma leitura mais precisa das dinâmicas espaciais e dos processos históricos de nomeação e apagamento dos corpos hídricos urbanos.

Do ponto de vista ambiental, a Bacia do Rio das Pedras revela uma notável heterogeneidade espacial, com áreas que ainda preservam remanescentes ecológicos contrastando com outras severamente degradadas pela urbanização desordenada. Tal realidade ilustra o que Acselrad, Herculano e Pádua (2004) denominam como desigualdade ambiental em contextos urbanos periféricos, em que a degradação dos recursos naturais está fortemente associada a processos de exclusão social e territorial. Nessas condições, as pressões antrópicas intensas coexistem com frágeis tentativas de conservação ambiental, revelando os dilemas da gestão dos recursos hídricos em metrópoles brasileiras marcadas pela desigualdade socioespacial.

Nesse cenário, o conceito de racismo ambiental, sistematizado por Bullard (2001), torna-se chave para compreender as implicações sociais e étnico-raciais da degradação da Bacia neste estudo. Bullard (2001) destaca que comunidades negras, indígenas e empobrecidas são desproporcionalmente impactadas por políticas de desenvolvimento que resultam na destruição ambiental e na negação de direitos básicos, como o acesso à água limpa, saneamento e participação nos processos de planejamento urbano. No Brasil, essa lógica se expressa de forma contundente em territórios como o antigo Quilombo do Cabula, onde a ausência de políticas públicas adequadas contribui para o agravamento das desigualdades históricas.

No caso da Bacia do Rio das Pedras, o desaparecimento do Rio Arifundi, considerado sagrado pelo povo de santo, materializa uma prática de ecocídio fluvial (Chesquini, 2021), associada a estratégias de apagamento ambiental e cultural. A não inclusão do Arifundi em mapas e documentos oficiais da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) evidencia uma lógica institucional de invisibilização, que, ao negar a existência desse corpo d'água, também nega os vínculos espirituais, históricos e identitários das comunidades afrodescendentes locais.





Como adverte Carneiro (2003), o racismo ambiental está intimamente ligado a mecanismos de desumanização que naturalizam a exclusão dos grupos subalternizados do direito à cidade e à memória dos territórios que constroem.

A destruição do Arifundi deve, ainda, ser compreendida sob a perspectiva do racismo religioso, conceito que denuncia as formas como o racismo estrutural se expressa por meio da perseguição e marginalização das religiões de matriz africana. O rio, conforme narrativas orais colhidas em campo, era espaço de rituais sagrados, como oferendas, banhos e outras práticas devocionais. Sua obliteração não constitui apenas uma perda ecológica, mas uma violação do direito à liberdade religiosa e ao patrimônio cultural imaterial das comunidades de terreiro.

De acordo com Prandi (2001), as águas possuem um papel central no culto aos orixás, funcionando como pontes entre o mundo espiritual e o material. Sua destruição implica não apenas danos materiais, mas ataques simbólicos aos fundamentos religiosos afro-brasileiros. Assim, o desaparecimento do Arifundi configura-se como resultado de uma política sistemática de desvalorização das cosmologias negras e da espiritualidade ancestral, articulando violência ambiental e religiosa no contexto urbano.

Por fim, é imprescindível lembrar que o território do Cabula tem uma história marcada por lutas e violências. Ocupado por povos de origem banto, iorubá e indígenas tupinambá, o local foi cenário de um genocídio em 1807. Conforme Pedreira (1973), esse episódio resultou na fragmentação do quilombo e na subsequente apropriação de suas terras por aliados do governo colonial. Essa memória histórica revela como os processos de expropriação territorial e apagamento cultural não são eventos isolados, mas parte de uma longa continuidade de necropolítica (Mbembe, 2011), que orienta o tratamento dispensado a corpos, territórios e saberes negros no Brasil.

METODOLOGIA

O levantamento dos dados que fundamentam esta pesquisa foi realizado por meio de um conjunto de estratégias metodológicas integradas, voltadas à compreensão da dinâmica territorial, ambiental e simbólica da Bacia do Rio das Pedras, com foco especial no desaparecimento do Rio Arifundi e do Rio e da Represa Cachoeirinha, bem como suas implicações socioculturais, ambientais e religiosas no contexto do bairro do Cabula, em Salvador-BA.

Inicialmente, foi realizada uma análise documental, com base em fontes institucionais e registros disponíveis junto a órgãos como o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), o Ministério Público do Estado da Bahia, entre outros. Essa etapa incluiu a leitura





crítica de processos relacionados à regularização fundiária e à proteção ambiental da área, bem como a consulta a mapas históricos e documentos urbanísticos. Em paralelo, foi conduzido um rastreamento cartográfico e espacial por meio de imagens de satélite disponíveis em plataformas como o *Google Earth* e *Google Maps*, com o objetivo de identificar alterações no traçado dos cursos d'água, transformações na cobertura vegetal e expansão urbana na região da bacia hidrográfica. Essa análise permitiu observar o apagamento gradual de determinados corpos hídricos, como o Rio Arifundi, e suas relações com processos de urbanização intensiva.

Complementando a investigação documental e cartográfica, foi realizada uma pesquisa de campo com observação direta do território, abrangendo visitas à área da bacia e a seu entorno. Durante essas incursões, foi possível observar a presença (ou ausência) de nascentes, cursos d'água canalizados ou soterrados, ocupações irregulares e outros elementos significativos para a análise da degradação ambiental e territorial.

Por fim, adotou-se a escuta oral como fonte de conhecimento popular e ancestral, mediante diálogos com moradores antigos, líderes comunitários e integrantes do povo de santo que habitam ou frequentam o território. Essa escuta permitiu acessar memórias e narrativas sobre o Rio Arifundi enquanto rio sagrado, contribuindo para uma compreensão ampliada dos impactos do racismo ambiental e religioso sobre o território e sua paisagem.

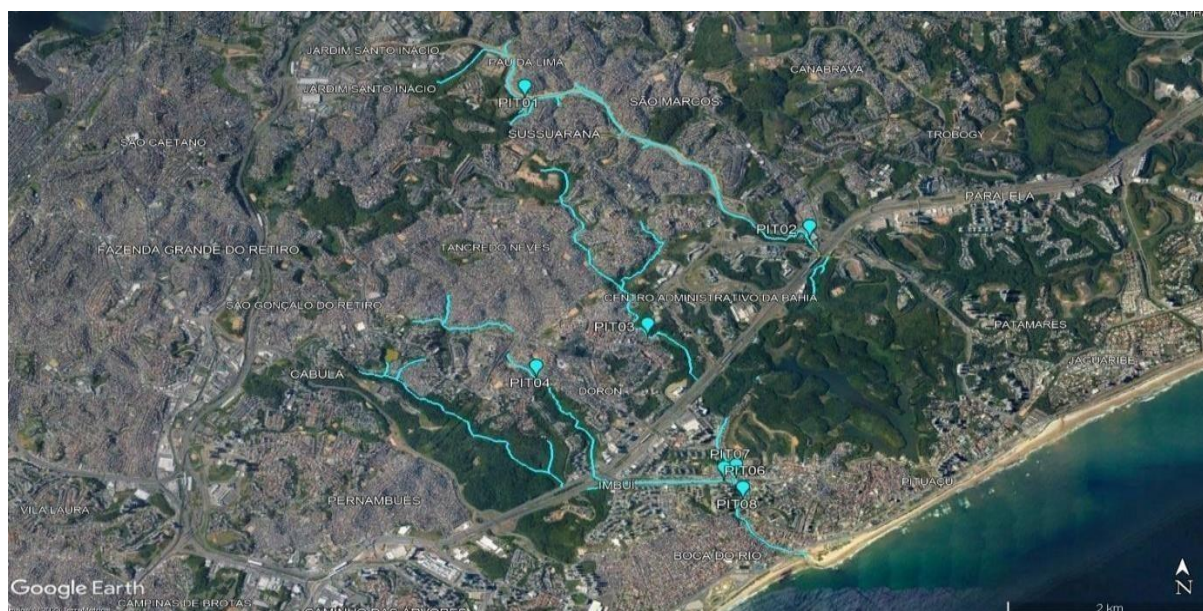
Esse percurso metodológico plural integra saberes técnicos e saberes populares, articulando análise documental, cartográfica e etnográfica, em uma abordagem qualitativa e crítica que busca respeitar a complexidade e a historicidade do território investigado.

ANÁLISES E RESULTADOS

A Bacia do Rio das Pedras e a formação histórica do território do Cabula

A Bacia do Rio das Pedras (Figura 1) está situada na região norte de Salvador e compreende diversos bairros que sofreram processos intensos de urbanização desde o final da década de 1970. A bacia tem início nas imediações da Avenida Luís Eduardo Magalhães e deságua no Rio Camarajipe, atravessando áreas densamente povoadas como o Saboeiro, o Doron, Narandiba e o Cabula.



**Figura 1**– Bacia hidrográfica do rio das Pedras/Pituaçu, Salvador – BA

Fonte: Bahia, 2023.

O bairro do Cabula, em particular, carrega um legado histórico que remonta ao período escravocrata e à posterior formação de comunidades de liberdade, como os quilombos. O Quilombo Cabula, embora pouco registrado nos documentos oficiais, é parte da memória oral e simbólica de muitos moradores e lideranças locais, que reconhecem a permanência dos valores ancestrais africanos na religiosidade, nos modos de vida e na ocupação do território.

Segundo a publicação Koinonia (2007), a região do Cabula abriga uma significativa concentração de terreiros de candomblé, os quais desempenham um papel central na preservação das tradições religiosas afro-brasileiras. Entre as casas de culto ali estabelecidas, destacam-se: Ilê Axé Opô Afonjá, Ilê Axé Oyá Deji, Terreiro Sultão das Matas, Unzô Bakisê Sasaganzuá Gongara Caiango, Viva Deus Filho, Ilê Axé Gezubum, Ilê Axé Jagun Bomin, Ilê Axé Obá Fangy, Ilê Axé Olufan Anancidê Omin, Ilê Axé Omin Alaxé, Ilê Axé Omin Togun, Ilê Axé Pondamim Bominfá, Terreiro de Boiadeiro e Terreiro do Bate Folhas. Esses espaços sagrados não apenas constituem locais de prática religiosa, mas também representam importantes núcleos de resistência cultural e identitária, reforçando a ancestralidade e a diversidade espiritual da comunidade.

Com a implementação de vias expressas, conjuntos habitacionais e loteamentos privados, muitos dos cursos d'água foram canalizados, aterrados ou simplesmente desaparecidos sob o concreto. Entre esses, destaca-se o Rio Arifundi, cuja existência ainda é mencionada por moradores mais antigos e religiosos de matriz africana como um rio sagrado, ligado a entidades do candomblé, como Oxum e Nanã. O desaparecimento do Arifundi, portanto, não é apenas um dado ambiental, mas também uma perda cultural e religiosa para a





população negra da região.

A invisibilização do Rio Arifundi, que sequer aparece nos mapas e registros oficiais recentes, está diretamente relacionada a processos históricos de desvalorização dos saberes e práticas das populações afrodescendentes. Trata-se de um apagamento simbólico que acompanha o avanço da urbanização e do mercado imobiliário sobre os territórios negros, onde o direito à cidade é sistematicamente negado.

A Bacia Hidrográfica do Rio das Pedras configura-se como a quarta maior em extensão territorial no município de Salvador, abrangendo uma área de drenagem aproximada de 27 km². Sua nascente localiza-se no bairro do Cabula, em uma área preservada pelo Exército brasileiro, situada nos fundos do 19º Batalhão de Caçadores (19º BC). A formação dessa bacia é resultante da confluência de importantes cursos d'água, como os rios Cascão, Saboeiro, Cachoeirinha e Pituaçu. O Rio das Pedras percorre uma trajetória que atravessa o Cabula e a Avenida Paralela, adentra o Imbuí e, finalmente, deságua na praia da Boca do Rio. Ao longo de seu percurso, observa-se uma heterogeneidade ambiental, com trechos significativamente impactados por poluição, enquanto outros ainda mantêm condições propícias para a manutenção da biodiversidade local.

A formação do Rio das Pedras ocorre a partir da junção dos rios Cascão e Saboeiro, na região do Imbuí. Posteriormente, esse curso d'água encontra o Rio Pituaçu, próximo à Represa de Pituaçu, seguindo em conjunto até a foz, na praia da Boca do Rio. Embora seu curso seja relativamente curto, o Rio das Pedras apresenta um volume considerável, especialmente no trecho próximo à segunda ponte da Avenida Octávio Mangabeira, onde seu leito se torna mais visível durante o período de maré alta. Essa bacia possui uma extensa área de influência, perpassando diversos bairros da capital baiana, tais como Porto Seco Pirajá, Granjas Rurais Presidente Vargas, Jardim Cajazeiras, Beiru/Tancredo Neves, Cabula, Imbuí, Boca do Rio, entre outros. Dentro desse território, destaca-se a Fonte Santo Antônio do Cabula, localizada na Avenida Luís Eduardo Magalhães, como o único manancial natural inserido nesse sistema hidrográfico.

Também conhecido como Rio Imbuí, o Rio das Pedras é alimentado por quatro afluentes, sendo os rios Saboeiro, Cascão e Pituaçu os mais relevantes. O Rio Saboeiro tem sua nascente entre os bairros da Engomadeira e Narandiba, percorrendo o Cabula até convergir com o Rio Cascão, próximo à Avenida Jorge Amado. Já o Rio Cascão origina-se no bairro do Saboeiro, com sua nascente protegida pela Mata do Cascão, sob responsabilidade do 19º BC. Sua represa foi construída com fins de abastecimento público, e sua sub-bacia abrange uma área de 16 km². Por sua vez, o Rio Pituaçu destaca-se como o mais extenso da bacia, com 9,4 km de





percurso, atravessando bairros como Sussuarana, Pau da Lima e Pituaçu. Suas nascentes estão situadas na Mata Escura e na Sussuarana, e sua represa deu origem à Lagoa de Pituaçu, um reservatório artificial utilizado no abastecimento hídrico da cidade.

Historicamente, de acordo com Suassuna (2017), a região da foz do Rio das Pedras abrigava um manguezal, ecossistema que sofreu significativa degradação ao longo do tempo. Apesar disso, ainda persistem espécies representativas da fauna local, como a tartaruga de água doce, sucuri, jiboia, jacaré, bagre e tilápia, além de insetos aquáticos, como o percevejo d'água. A presença desses organismos evidencia a resiliência do ecossistema, mesmo diante das pressões antrópicas que afetam a bacia.

Em síntese, a Bacia do Rio das Pedras desempenha um papel fundamental na dinâmica hidrológica e ecológica de Salvador, demandando políticas de conservação que visem à recuperação de seus ecossistemas e à manutenção de seus serviços ambientais.

Essa região, marcada por uma geografia de vales e morros, consoante Matta, Silva e Amorim (2020), foi ocupada inicialmente por comunidades negras, quilombolas e de matriz africana, que se instalaram em áreas com fartura de água e mata nativa. O bairro do Cabula, em particular, carrega um legado histórico que remonta ao período escravocrata e à posterior formação de comunidades de liberdade, como os quilombos, de acordo com Mascarenhas *et al.* (2019).

Durante grande parte do século XX, a região permaneceu relativamente preservada, abrigando sítios, fazendas e comunidades com forte vínculo com a natureza. A presença de terreiros de candomblé, que tradicionalmente se instalam próximos a corpos d'água e áreas de mata, é outro indicativo da importância simbólica e espiritual da Bacia do Rio das Pedras. No entanto, o crescimento desordenado da cidade, somado à omissão do poder público em assegurar direitos territoriais às populações tradicionais, contribuiu para a degradação ambiental da bacia.

Em meio a esse contexto de degradação e conflitos fundiários, o Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) instaurou o Processo nº 003.0.111752/2009, visando apurar violações urbanísticas e ambientais em APP no entorno do Rio Arifundi e da Represa da Cachoeirinha, supostamente em terrenos da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A (EMBASA). O caso foi aberto pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo de Salvador com o objetivo de conciliar a regularização fundiária com o direito à moradia, diante da crescente ocupação por famílias socioambientalmente vulneráveis.

Esse acompanhamento aconteceu em 2015, quando o Ministério Público monitorou a situação, buscando soluções para proteger a represa, que é de domínio da EMBASA. Um Plano

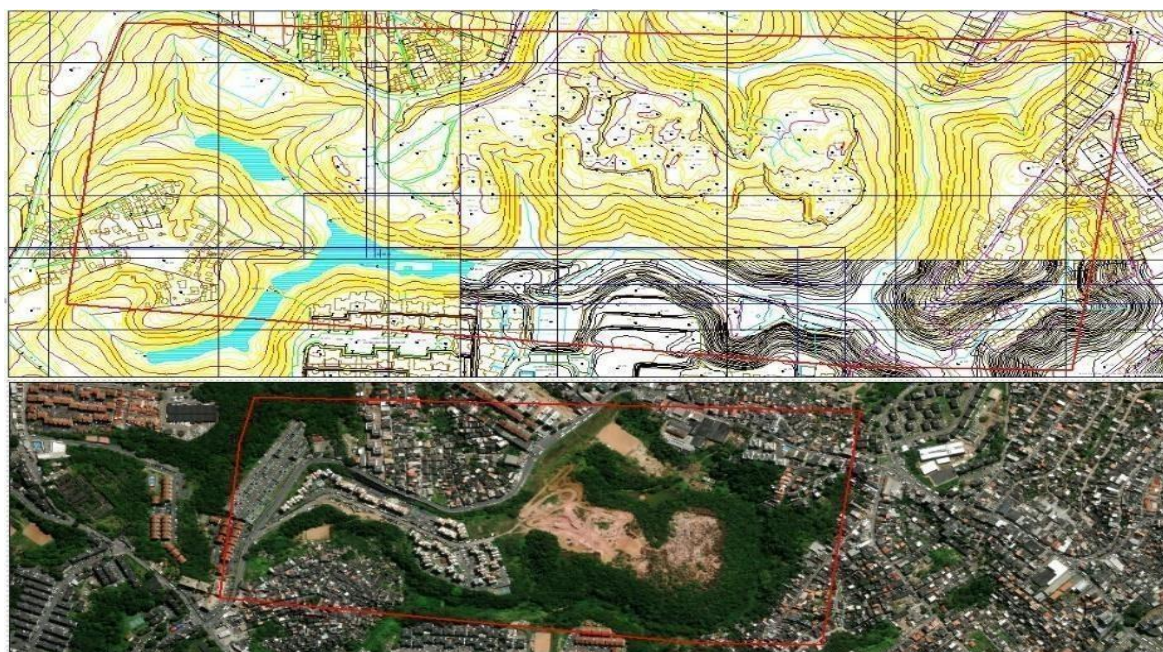




de Recuperação de Área Degradada (PRAD) foi elaborado e submetido ao INEMA, mas sua execução nunca foi iniciada. Enquanto isso, a ocupação na área se consolidou, tornando inviável a remoção das famílias sem violar direitos sociais. Diante desse cenário de irreversibilidade, o MPBA passou a defender a regularização fundiária como forma de equilibrar a preservação ambiental e a garantia do direito à moradia digna.

Esse processo ilustra os desafios enfrentados na Bacia do Rio das Pedras, onde a pressão urbana, a negligência institucional e a histórica exclusão das comunidades negras e de baixa renda resultaram em conflitos socioambientais complexos. A luta pelo reconhecimento do Rio Arifundi (Figura 2) e a busca por soluções para as famílias que ocupam suas margens refletem, portanto, não apenas uma disputa por espaço, mas também uma reivindicação por justiça territorial e memória.

Figura 2 – Rio Arifundi.



Fonte: elaboração própria a partir de carta topográfica digital e imagem de satélite (Google Maps, captura em 20 jul. 2025), tratadas no Autocad.

Como pode ser observado, na parte inferior da Figura 2, o curso do rio Arifundi está caracterizado por uma vegetação verde mais escura, na parte de trás do Conjunto Arvoredo. No fragmento de mapa cartográfico, estão presentes as marcas em azul-claro, o que denota a presença de água nesse percurso. Na Figura 3, observa-se a Barragem da Cachoeirinha e o rio de mesmo nome, cujas águas mais escuras evidenciam um processo de degradação ambiental do curso d'água.

O Rio Cachoeirinha atualmente é só esgoto (Figura 4), sendo o acesso feito pela Rua Recanto da Cachoeirinha, atrás do posto de saúde do bairro Cabula VI.



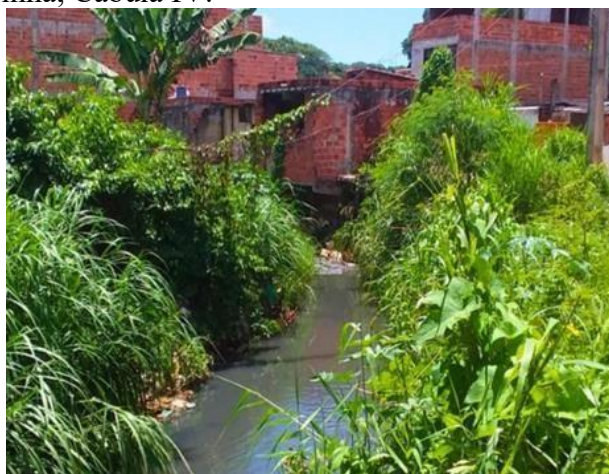


Figura 3 – Rio e Barragem da Cachoeirinha.



Fonte: Google Maps, imagem capturada em 20 mai. 2025.

Figura 4 – Rio Cachoeirinha, Cabula IV.



Fonte: Bahia, 2023.

A Represa da Cachoeirinha está situada no bairro do Cabula VI e integra a rede hidrográfica da cidade de Salvador como afluente do Rio Pituaçu, que, por sua vez, deságua no Rio das Pedras (Figura 6). Historicamente, esse reservatório desempenhou papel relevante no abastecimento hídrico da capital baiana; entretanto, atualmente, encontra-se em estado de degradação ambiental, conforme atesta o governo do Estado da Bahia. O Rio Cachoeirinha, formador da represa, tem sua nascente localizada no bairro de Sussuarana e sua foz no Rio Pituaçu, próximo ao Centro Administrativo da Bahia (CAB) (Bahia, 2019).

No que tange ao contexto hidrográfico e aos impactos ambientais, o Rio das Pedras, uma das principais bacias hidrográficas de Salvador, tem sua origem no Cabula, na mesma região onde se localiza a Represa da Cachoeirinha. Conforme documentação técnica (Bahia,





2023), essa represa é mencionada no contexto das bacias hidrográficas soteropolitanas, sendo descrita como parte da sub-bacia do Rio Pituaçu e destacando-se pelo seu atual estado de poluição.

Figura 5 – Represa da Cachoeirinha: contexto geográfico e degradação ambiental.



Fonte: elaboração própria a partir de carta topográfica digital e imagem de satélite (Google Maps, captura em 20 jul. 2025), tratadas no Autocad.

A Bacia do Rio das Pedras abrange outros cursos d'água significativos, como os rios Pituaçu, Cachoeirinha, Saboeiro, Cascão e o próprio Rio das Pedras, este último formado pela confluência dos demais. O Rio Saboeiro, que nasce no Cabula VI, segue em direção ao bairro do Imbuí, enquanto o Rio Cascão tem sua nascente em uma área de proteção ambiental vinculada ao 19º Batalhão de Caçadores (19º BC), o que preserva seu trecho inicial da pressão urbana intensa.

Essas informações reforçam a importância da recuperação da Represa da Cachoeirinha, não apenas por seu valor histórico, mas também por sua relevância ecológica dentro do sistema hidrográfico de Salvador. A degradação desse manancial demanda ações integradas de revitalização, considerando sua conexão com outros corpos hídricos essenciais para a sustentabilidade ambiental da região.

Racismo ambiental e religioso na Bacia do Rio das Pedras

O desaparecimento do Rio Arifundi e a invisibilidade de sua existência nas políticas públicas e nos documentos oficiais não podem ser compreendidos fora do contexto de racismo ambiental e religioso que estrutura a dinâmica urbana de Salvador. A Bacia do Rio das Pedras,





localizada em uma área historicamente habitada por comunidades negras e marcada pela presença quilombola, por terreiros e pelas memórias de resistência, tornou-se alvo de um processo violento de desvalorização, silenciamento e descarte ambiental.

O racismo ambiental, conceito cunhado por Chavis (1987) e posteriormente desenvolvido no Brasil por autores como Porto-Gonçalves (2006) e Pacheco (2004), refere-se à distribuição desigual dos impactos ambientais entre grupos sociais, em que populações negras, indígenas e periféricas são sistematicamente expostas a riscos, degradações e negações de direitos. No caso do Cabula, esse racismo se materializa no aterramento de nascentes, na canalização ou desaparecimento de rios sagrados como o Arifundi, na expansão desordenada de empreendimentos habitacionais e comerciais e na ausência de infraestrutura básica.

A construção de avenidas, conjuntos habitacionais e o avanço de empreendimentos – inclusive o próprio campus da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – ocorreram sem consulta adequada às comunidades locais, sem estudos de impacto cultural ou religioso e, muitas vezes, em áreas sagradas para o povo de santo. Esses processos refletem o racismo religioso, que se expressa na marginalização das religiões de matriz africana, na negação de seus espaços sagrados e na deslegitimação de seus saberes sobre o meio ambiente.

A destruição ou ocultamento de rios sagrados não é apenas uma perda ambiental, mas uma ruptura espiritual e cultural. Os rios, nas cosmologias afro-brasileiras, são moradas de orixás, entidades vivas e locais de axé (Prandi, 2001). O desaparecimento do Arifundi representa, para as comunidades de candomblé, uma perda equivalente à profanação de uma igreja ou de um cemitério. Entretanto, esse aspecto é frequentemente ignorado pelas políticas urbanas e ambientais, que tratam os territórios negros como espaços de “vazio”, prontos para o uso econômico, sem consideração pelos valores culturais e ancestrais ali presentes.

O caso do Arifundi também se conecta à negligência do Estado em relação à regularização fundiária das comunidades negras. O processo que tramita no Ministério Público da Bahia evidencia o conflito entre o direito à permanência nos territórios tradicionais e os interesses econômicos que impulsionam a especulação imobiliária. A invisibilidade do rio nos relatórios da EMBASA, CONDER e INEMA revela uma lógica institucional que ignora propositalmente as marcas da ancestralidade negra na paisagem urbana.

Nesse mesmo contexto, o desaparecimento e a destruição da Represa da Cachoeirinha, assim como do Rio Cachoeirinha, também representam agressões à memória histórica do Quilombo Beiru. Segundo relato de uma antiga moradora da região, com mais de 80 anos de idade, que ouviu de seu pai, a área onde se localizava a Represa da Cachoeirinha abrigava a residência de Hélio Silva Garcia, antigo “senhor” do ex-escravizado Gbeiru – cuja história dá





nome ao bairro. Assim, a represa possui valor histórico e simbólico para a comunidade, constituindo um marco da memória coletiva quilombola. Além disso, relatos indicam que o Rio Arifundi era formado por águas limpas e abundantes em peixes, sendo uma fonte fundamental de alimento para muitas famílias da região, o que evidencia sua importância ambiental e social.

Portanto, a análise da Bacia do Rio das Pedras exige a articulação entre racismo ambiental e religioso como eixos explicativos centrais. Trata-se de reconhecer que a degradação ambiental, o apagamento toponímico e a destruição simbólica dos territórios de axé não são eventos isolados, mas manifestações interligadas de uma estrutura histórica de dominação e exclusão racial. A destruição do Arifundi e da Represa da Cachoeirinha é parte de um projeto maior de silenciamento da presença negra e da memória quilombola na cidade, que precisa ser urgentemente denunciado, reconhecido e reparado.

Conflitos territoriais e as lutas por reconhecimento e reparação

A história da Bacia do Rio das Pedras, e em especial do Rio Arifundi, é marcada por intensos conflitos territoriais que envolvem o direito à terra, à memória, à religião e à preservação ambiental. Esses conflitos não se limitam à esfera material, mas atingem dimensões simbólicas, espirituais e identitárias, sendo travados por comunidades que reivindicam o reconhecimento de seus territórios como espaços de vida, resistência e ancestralidade.

A região do Cabula guarda em sua memória o passado de um quilombo urbano, cuja presença resiste nas práticas culturais, nos terreiros, nas famílias que ali vivem há gerações e na própria toponímia local. No entanto, com o avanço da urbanização capitalista, marcada pela especulação imobiliária, os territórios tradicionais vêm sendo sistematicamente expropriados ou descaracterizados. A ausência de demarcação fundiária, aliada à falta de políticas públicas de proteção dos bens naturais e imateriais, favorece a lógica do “apagamento” – dos rios, dos nomes, das histórias e das práticas de pertencimento.

Um exemplo desse embate é o processo de regularização fundiária que tramita no Ministério Público da Bahia, no qual lideranças comunitárias e religiosas denunciam a destruição do Arifundi, a não escuta dos povos de terreiro e a violação de seus direitos territoriais. Nesse contexto, a luta pelo reconhecimento da Bacia do Rio das Pedras como território de matriz africana se torna central, pois envolve o enfrentamento ao racismo estrutural que nega às populações negras o direito de existir plenamente em seus espaços ancestrais.

As comunidades mobilizadas reivindicam não apenas a recuperação do rio desaparecido, mas também reparações simbólicas e materiais: o reconhecimento dos espaços sagrados, a demarcação dos terreiros, a inclusão da história local nos currículos escolares, a





proteção das nascentes e o fim das obras predatórias. Trata-se de um movimento que articula saberes tradicionais e estratégias jurídicas, unindo mães e pais de santo, lideranças quilombolas, pesquisadores, advogados e militantes do direito à cidade.

As manifestações em defesa do Arifundi – sejam em audiências públicas, abaixo-assinados, atos simbólicos ou denúncias nos órgãos ambientais – são formas de resistência que atualizam o legado de luta dos quilombos. Elas evidenciam que os territórios negros não são apenas espaços residenciais, mas territórios de memória, espiritualidade e resistência, onde o rio, mesmo desaparecido fisicamente, continua vivo na palavra, no axé e na luta dos que o reconhecem como parte de sua cosmologia.

Nesse sentido, os conflitos na Bacia do Rio das Pedras não podem ser reduzidos a disputas fundiárias convencionais. Eles expressam o embate entre dois projetos de cidade: um, baseado na lógica do lucro, da exclusão e da homogeneização cultural; outro, ancorado na ancestralidade, na diversidade e no direito à permanência com dignidade. Reconhecer e enfrentar esse embate é condição fundamental para se pensar em justiça socioambiental e reparação histórica no contexto urbano de Salvador.

Caminhos para a justiça ambiental e religiosa: propostas para a reparação e o reconhecimento

Diante da realidade de apagamento territorial, religioso e ambiental enfrentada pelas comunidades da Bacia do Rio das Pedras – especialmente no caso do Rio Arifundi –, torna-se urgente pensar alternativas que articulem justiça ambiental, reparação histórica e reconhecimento dos saberes e práticas de matriz africana. Tais caminhos devem partir da escuta ativa das populações diretamente afetadas e do respeito às epistemologias ancestrais que estruturam suas formas de viver, habitar e cuidar do território.

A justiça ambiental, nesse contexto, precisa ser compreendida como uma dimensão ampliada que não se limita à conservação da natureza, mas incorpora os direitos culturais, religiosos e territoriais das comunidades tradicionais. Isso implica reconhecer que a destruição do rio Arifundi não é apenas um dano ecológico, mas também um ato de racismo religioso, uma vez que desrespeita um espaço sagrado para o povo de santo, violando o direito à livre manifestação de sua fé.

É necessário, portanto, que os órgãos públicos – como o Ministério Público, o INEMA e a Prefeitura de Salvador – implementem ações de reconhecimento dos territórios tradicionais urbanos, com base em processos participativos que envolvam os terreiros, as associações comunitárias e os coletivos quilombolas. A demarcação dos espaços sagrados e das áreas de uso comunitário, a recuperação das nascentes e a criação de unidades de conservação de uso





tradicional são medidas que podem contribuir para frear o avanço da urbanização predatória e restaurar parcialmente os danos causados.

Outra frente essencial é a inclusão da memória e da história local nas políticas educacionais e culturais. O Rio Arifundi, mesmo ausente fisicamente, pode ser resgatado na oralidade, na cartografia afetiva e na produção artística e pedagógica, como símbolo de resistência e de conexão com os ancestrais. Nesse sentido, a toponímia pode funcionar como estratégia de reexistência: resgatar os nomes originais, batizar escolas, praças e equipamentos públicos com referências aos rios e aos terreiros, promover exposições e projetos de educação patrimonial.

Do ponto de vista jurídico, o avanço de ações coletivas fundamentadas em direitos territoriais e religiosos tem se mostrado um instrumento eficaz para provocar o Estado e assegurar a escuta dos povos tradicionais. A atuação do Ministério Público do Estado da Bahia, por exemplo, ao encaminhar o caso ao INEMA, representa uma abertura institucional importante, que deve ser acompanhada de pressão social e monitoramento contínuo por parte da sociedade civil.

Por fim, é importante ressaltar que a luta pela justiça na Bacia do Rio das Pedras não é isolada. Ela se insere em um movimento mais amplo de resistência das comunidades negras urbanas que reivindicam o direito à cidade, à ancestralidade e ao bem viver. Recolocar o Arifundi no mapa simbólico e político de Salvador é uma forma de afirmar que os rios, os terreiros e os territórios negros não são ruínas do passado, mas pulsantes expressões de um presente que resiste, cria e sonha com outras formas de habitar o mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desaparecimento do Rio Arifundi e a degradação da Represa Cachoeirinha, no bairro do Cabula, são mais do que um episódio de degradação ambiental: tratam-se da expressão de um processo sistêmico de apagamento das memórias e territórios negros, marcado pelo racismo ambiental e religioso. Este estudo a respeito da Bacia do Rio das Pedras, aliado ao resgate histórico do Quilombo Cabula e à escuta das comunidades de terreiro, revela como a cidade de Salvador – ao longo do tempo – se constituiu negando espaço e visibilidade aos saberes ancestrais de matriz africana.

Compreender a importância do Arifundi como rio sagrado e espaço de culto é essencial para reconfigurar a forma como as políticas públicas tratam os rios urbanos, os territórios populares e a memória histórica quilombola representada pela Represa Cachoeirinha. A justiça ambiental, nesse contexto, não pode se dar sem justiça epistêmica e religiosa. É preciso





reconhecer que as águas têm dono: pertencem aos encantados, aos orixás, aos antepassados que resistiram à escravidão e à exclusão urbana.

O processo de reparação histórica exige, necessariamente, o reconhecimento dos territórios tradicionais inseridos em contextos urbanos, a revalorização da toponímia como elemento constitutivo do patrimônio imaterial e a consolidação das mobilizações sociais pelo direito à cidade. Embora o Rio Arifundi tenha sido fisicamente suprimido do espaço geográfico, sua presença persiste na memória coletiva e nas práticas espirituais das comunidades que com ele se relacionam. Da mesma forma, a Represa da Cachoeirinha, vítima de ecocídio, decorrido da degradação ampla e dos impactos severos (Gordilho; Ravazzano, 2017), mantém-se como um símbolo de relevância cultural, identitária e histórica. Segundo os autores, o termo ecocídio refere-se a atos que comprometem a saúde e a funcionalidade de ecossistemas, podendo levar à extinção de espécies e ao desequilíbrio ecológico. Reinserir essas referências no debate sobre planejamento urbano configura-se não apenas como um ato de resistência, mas como uma reexistência – a reafirmação da vida e da cultura frente aos processos de apagamento.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BAHIA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia. **Relatório Anual: Rios de Salvador – 2022**. Salvador: INEMA, 2023. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br>. Acesso em: 20 mai. 2025.

BAHIA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Relatório anual do monitoramento da qualidade da água do estado da Bahia**. Salvador: INEMA, 2019. Disponível em: https://www.ba.gov.br/inema/sites/site-inema/files/migracao_2024/arquivos/wp-content/uploads/2025/04/relat%C3%B3rio_monitora_2019_FINAL2_HAC-e-JNSJ.pdf. Acesso em: 3 ago. 2025.

BAHIA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia. **Relatório Anual: Rios de Salvador – 2022**. Salvador: INEMA, 2023. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2025.

BRASILEIRO, Gabriel Galvão. Dano à ordem urbanística de Salvador-BA. 150 f. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016. Disponível em: <http://repositorio.uefs.br/handle/123456789/1234>. Acesso em: 3 ago. 2025.

BULLARD, Robert Doyle. **Dumping in Dixie: race, class, and environmental quality**. 3. ed. Boulder: Westview Press, 2001.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. São Paulo: Selo Negro, 2003.





CHAVIS, Benjamin Franklin. **Toxic Wastes and Race in the United States: A National Report on the Racial and Socio-Economic Characteristics of Communities with Hazardous Waste Sites.** New York: United Church of Christ, Commission for Racial Justice, 1987.

CHESQUINI, Maria. Izabela. Retirando o camarão da lama: injustiça ambiental no processo de reparação do ecocídio no Rio Doce nos camaroeiros da Praia do Suá. 2021. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Vila Velha, Vila Velha, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.uvv.br/server/api/core/bitstreams/db5d1da2-a0ea-4c4a-b9d9-6df1cbba56bf/content>. 10 jun. 2025.

GORDILHO, Heron José de Santana de S.; RAVAZZANO, Fernanda. Ecocídio e o tribunal penal Internacional. **Justiça do Direito**, v. 31, p. 689-690, 2017. Disponível em:

<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/50668>. Acesso em: 25 jun. 2025.

KOINONIA. Informativo dirigido às Comunidades de Terreiros de Candomblé. Candomblé e Desenvolvimento. **Fala Egbé**, n. 12, ano V, 2007. Disponível em: https://kn.org.br/wp-content/uploads/2014/09/koinonia_18-falaegbe_n12_ano5_marco2007.pdf. Acesso em: 23 maio 2025.

LIMA, Lucas Barbosa. Espaços insurgentes de resistência do povo negro diaspórico: a biblioteca comunitária Zeferina Beiru. In: CONGRESSO BAIANO DE PESQUISADORXS NEGRXS, 7., 2019. **Anais eletrônicos** [...]. Salvador, BA, 2019. Disponível em:

<https://viicbpn2019.wixsite.com/apnb>. Acesso em: 3 ago. 2025.

MASCARENHAS, Adriano Nascimento. *et al.* Donos de terras do Cabula: dos núcleos quilombolas às roças. In: ENCONTRO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA, 9., 2019, **Anais eletrônicos** [...]. Redes de Colaboração e Desenvolvimento Local Sustentável. ISSN 2447-0600. Salvador, BA, 2019. Disponível em: <https://etbces.net.br/edicoes/ix-etbces-2019/anais>. Acesso em: 5 jul. 2025.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues; SILVA, Francisca de Paula Santos da; AMORIM, Antônio. O contexto histórico do Cabula: base dialética para a compreensão do projeto TBC. In: ENCONTRO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2020. **Anais eletrônicos** [...]. Salvador, BA, 2020. Disponível em:

<https://etbces.net.br/edicoes/x-etbces-2020/anais>. Acesso em: 03 ago. 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2011.

PACHECO, Tânia. Racismo Ambiental: uma introdução. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 15-33.

PEDREIRA, Pierre Teixeira **Os quilombos brasileiros**. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, Departamento de Cultura da SMEC, 1973. 150 p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PRANDI, Reginaldo. **Os candomblés de São Paulo: a face oculta da cidade**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SUASSUNA, João. **Bacia do Rio das Pedras nasce no Cabula**. Salvador, 9 nov. 2017. Disponível em: <http://www.suassuna.net.br/2017/11/bacia-do-rio-das-pedras-nasce-no-cabula.html>. Acesso em: 3 ago. 2025.



Informações do Artigo	Article Information
Recebido em: 08/06/2025	Received on: 2025/ 06/ 08
Aceito em: 28/10/2025	Accepted in: 2025/10/28
Publicado em: 04/11/2025	Published on: 2025/11/04
Contribuições de Autoria <u>Resumo:</u> Amilca Maria de Lima Fernandes, Andréia Bárbara Serpa Dantas. <u>Introdução:</u> Amilca Maria de Lima Fernandes, Ana Maria Martins Souto, Andréia Bárbara Serpa Dantas, Debora Carolina Abreu Pires, Vera Lúcia Santos de Jesus. <u>Referencial teórico:</u> Amilca Maria de Lima Fernandes, Ana Maria Martins Souto, Andréia Bárbara Serpa Dantas, Debora Carolina Abreu Pires, Tais Danila Macêdo da Cruz, Telma Lucia Pereira da Silva. <u>Análise de dados:</u> Amilca Maria de Lima Fernandes, Tais Danila Macêdo da Cruz, Telma Lucia Pereira da Silva, Vera Lúcia Santos de Jesus. <u>Discussão dos resultados:</u> Amilca Maria de Lima Fernandes, Ana Maria Martins Souto, Andréia Bárbara Serpa Dantas, Debora Carolina Abreu Pires, Tais Danila Macêdo da Cruz, Telma Lucia Pereira da Silva, Vera Lúcia Santos de Jesus. <u>Conclusão:</u> Amilca Maria de Lima Fernandes, Tais Danila Macêdo da Cruz. <u>Referências:</u> Andréia Bárbara Serpa Dantas. <u>Revisão do manuscrito:</u> Leandro Figueiredo Nunes. <u>Aprovação da versão final publicada:</u> Amilca Maria de Lima Fernandes, Andréia Bárbara Serpa Dantas.	Author Contributions Resumo/Abstract/Resumen: Amilca Maria de Lima Fernandes, Andréia Bárbara Serpa Dantas. <u>Introduction:</u> Amilca Maria de Lima Fernandes, Ana Maria Martins Souto, Andréia Bárbara Serpa Dantas, Debora Carolina Abreu Pires, Vera Lúcia Santos de Jesus. <u>Theoretical reference:</u> Amilca Maria de Lima Fernandes, Ana Maria Martins Souto, Andréia Bárbara Serpa Dantas, Debora Carolina Abreu Pires, Tais Danila Macêdo da Cruz, Telma Lucia Pereira da Silva. <u>Data analysis:</u> Amilca Maria de Lima Fernandes, Tais Danila Macêdo da Cruz, Telma Lucia Pereira da Silva, Vera Lúcia Santos de Jesus. <u>Discussion of results:</u> Amilca Maria de Lima Fernandes, Ana Maria Martins Souto, Andréia Bárbara Serpa Dantas, Debora Carolina Abreu Pires, Tais Danila Macêdo da Cruz, Telma Lucia Pereira da Silva, Vera Lúcia Santos de Jesus. <u>Conclusion:</u> Amilca Maria de Lima Fernandes, Tais Danila Macêdo da Cruz. <u>References:</u> Andréia Bárbara Serpa Dantas. Manuscript review: Leandro Figueiredo Nunes <u>Approval of the final published version:</u> Amilca Maria de Lima Fernandes, Andréia Bárbara Serpa Dantas.
Conflitos de Interesse As autoras declararam não haver nenhum conflito de interesse de ordem pessoal, comercial, acadêmico, político e financeiro referente a este manuscrito	Interest conflicts The authors declare that there are no personal, commercial, academic, political or financial conflicts of interest regarding this manuscript.
Como Citar este artigo - ABNT Fernandes, A. M. de L. <i>et al.</i> Quilombo Cabula: territórios sagrados na luta pelos rios Arifundi e Cachoeirinha. Revista Macambira , Serrinha (BA), v. 9, n. 1, e091021, jan./dez., 2025. https://doi.org/10.35642/rm.v9i1.1574 .	How to cite this article - ABNT Fernandes, A. M. de L. <i>et al.</i> Quilombo Cabula: sacred territories in the struggle for the Arifundi and Cachoeirinha rivers. Revista Macambira , Serrinha (BA), v. 9, n. 1, e091021, jan./dez., 2025. https://doi.org/10.35642/rm.v9i1.1574 .
Licença de Uso A Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, mesmo que comercialmente, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.	Use license The Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License (CC BY 4.0). This license allows sharing, copying, redistributing the manuscript in any médium or format. In addition, it allows adapting, remixing, transforming and building on the material, even commercially, as long as due credit for authorship and initial publication in this journal is attributed.